

Vivências de lideranças migrantes venezuelanas no enfrentamento comunitário das desigualdades social

Elis Moura Marques. Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Tatiana Machiavelli Carmo Souza. Universidade Federal de Catalão

Resumo

No processo migratório venezuelano para o Brasil, as venezuelanas assumiram o papel de lideranças das comunidades migrantes, protagonizando o enfrentamento comunitário da exclusão social. Com o objetivo de apreender as vivências coletivas tecidas por mulheres venezuelanas lideranças comunitárias em Boa Vista/RR, foi realizado estudo exploratório de caráter qualitativo com uso de entrevistas semiabertas como procedimento de obtenção das informações. A interpretação dos dados foi desenvolvida a partir da análise construtivo-interpretativa e pautada em uma posição epistemológica feminista interseccional. Identificou-se que as desigualdades sociais e de gênero operam na organização das mulheres enquanto lideranças ao dificultar o acesso ao mercado de trabalho e mantê-las majoritariamente nas comunidades. O enfrentamento comunitário protagonizado por elas produziu-se pela necessidade de resistir à exclusão social, articulado a partir de uma relação ética de cuidado, mas também sustentado pelo engendramento das relações de gênero.

Palavras-chave: migração humana; mulheres; iniquidade de gênero; desigualdades sociais; redes comunitárias.

Abstract

Experiences of Venezuelan migrant leaders in the community confronting of social inequalities. In the Venezuelan migration process to Brazil, Venezuelan women have assumed the role of migrant community leaders, acting as protagonists in the fight against social exclusion. This exploratory qualitative study aimed to understand the collective experiences of Venezuelan women community leaders in Boa Vista/RR semi-open interviews as the information collection procedure. The data were interpreted by constructive-interpretive analysis based on intersectional feminist epistemology. It found that social and gender inequalities operate in the articulation of women as leaders by hindering access to the labor market and keeping them mostly in the communities. The community confrontation they led stemmed from their need to resist social exclusion based on an ethical relationship of care and sustained by the engendering of gender relations.

Keywords: human migration; women; gender inequalities; social inequalities; community networks.

Resumen

Las experiencias de líderes migrantes venezolanas en el enfrentamiento comunitario a las desigualdades sociales. En el proceso de migración venezolana para Brasil, las mujeres venezolanas han asumido el papel de liderazgos comunitarias, protagonizando el enfrentamiento comunitario de la exclusión social. Con el objetivo de comprender las experiencias colectivas de las líderes comunitarias venezolanas en Boa Vista/RR, se realizó un estudio cualitativo exploratorio, utilizando entrevistas semiabiertas como procedimiento de obtención de información. La interpretación de los datos se desarrolló a partir de un análisis constructivo-interpretativo y basado en una posición epistemológica feminista interseccional. Fue identificado que las desigualdades sociales y de género afectan la articulación de las mujeres como líderes, al dificultar su acceso al mercado de trabajo y mantenerlas mayoritariamente en las comunidades. Y, que la confrontación comunitaria protagonizado por ellas fue producida por la necesidad de resistir a la exclusión social, articulada a partir de una relación ética de cuidado, pero también sustentada en el engendramiento de las relaciones de género.

Palabras clave: migración humana; mujeres; inequidad de género; desigualdades sociales; redes comunitarias.

Introdução

O maior deslocamento da América Latina recente consiste na migração forçada venezuelana. Até o final de 2022, mais de 7 milhões de pessoas se deslocaram para fora do país, sendo que 52% das pessoas venezuelanas que migraram internacionalmente são mulheres (United Nations High Commissioner for Refugees [UNHCR], 2023). O Brasil tornou-se um dos principais destinos, em virtude de sua localização geográfica e das políticas socioassistenciais disponíveis, previstas em legislações específicas, garantindo o acesso a saúde, educação e assistência social de forma gratuita e universal (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017).

Ao chegarem ao Brasil, famílias venezuelanas enfrentam desafios relacionados à regularização migratória, acesso a moradia e serviços essenciais, mas principalmente dificuldades com empregabilidade, expostas a condições laborativas precarizadas (Tânia Tonhati & Lorena Pereda, 2021)¹. No encontro da experiência migratória com processos históricos de subalternização das mulheres, as venezuelanas vivem as desigualdades produzidas na intersecção de diferentes marcadores sociais. Nesse sentido, destaca-se a importância dos estudos feministas para a compreensão das dinâmicas migratórias, a fim de elucidar como as relações sociais e de gênero estão sendo tecidas durante o processo de deslocamento e no novo espaço de vida (Roberta Peres & Rosana Baeninger, 2013).

Aprofundar os conhecimentos sobre as dinâmicas e interdependências nas relações sociais, como as relações de gênero produzidas em contextos migratórios, possibilita avançar na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão (Helena Hirata, 2014). Para tanto, um olhar interseccional permite compreender como as categorias sociais se encontram e produzem impactos nas relações sociais (Patricia Collins & Sirma Bilge, 2020), a fim de não escamotear as experiências de opressão específicas vivenciadas pelas mulheres venezuelanas no Brasil. Cláudia Mayorga (2014), ao discutir sobre as contribuições do feminismo à psicologia social comunitária, adverte para a importância da produção de análises baseadas na interseccionalidade por permitirem compreender como os sistemas de poder operam na naturalização das desigualdades, no engendramento das relações público e privada e na relação entre igualdade e diferença.

Na produção das relações sociais, as possibilidades de ocupar espaços da vida pública e privada são

historicamente diferentes para mulheres e homens: é naturalizada a relação das mulheres à domesticidade e à vida privada, e aos homens, a vida pública e os espaços representativos e de poder (Flávia Biroli, 2018). Portanto, considerando que são produzidas relações desiguais, faz-se necessário reconhecê-las como uma questão ética e política (Ilze Zirbel, 2016). Ainda, as barreiras impostas à participação das mulheres na vida pública reduzem as possibilidades de que

. . . questões que se definem como relevantes a partir da experiência das mulheres na vida doméstica, como o cuidado com as crianças e os idosos, a violência e a dominação de gênero na família, ganhem visibilidade na agenda pública e nos debates políticos (Biroli, 2014, p. 34).

Apesar de ser negado socialmente às mulheres o espaço da vida pública, seus protagonismos representativos em processos de enfrentamento das desigualdades sociais são largamente identificados em produções acadêmicas e, principalmente, nos movimentos sociais de base comunitária.

Silvia Federici e Luciana Valio (2020), ao analisarem as ações coletivas de resistência organizadas e promovidas por mulheres na América Latina desde a década de 1970, evidenciaram o potencial político produzido pelas mobilizações comunitárias do trabalho cotidiano, social e reprodutivo. O ativismo das mulheres frente às consequências do capitalismo, do patriarcado e da degradação do meio ambiente às suas comunidades possibilitou a construção de estratégias pautadas na coletividade e horizontalidade. Como descrevem as autoras, “. . . as mulheres deram um passo à frente e, por meio de seus esforços coletivos, garantiram as formas básicas de reprodução social e romperam a barreira do medo que aprisionou suas comunidades” (p. 10). Na mesma direção, outras/os pesquisadoras/es discutem sobre processos migratórios, participação comunitária e o protagonismo das mulheres na mobilização de reivindicações de comunidades migrantes no enfrentamento às desigualdades sociais, enfatizando especialmente a importância delas na visibilização de demandas da vida privada (Francisco Canella, 2020; Saskia Sassen, 2003).

Em Roraima, as mulheres venezuelanas assumiram o protagonismo dos processos emancipatórios das comunidades migrantes. A partir da atuação como lideranças comunitárias, as venezuelanas enfrentam as desigualdades sociais pautadas na importância da coletividade para a transformação de suas realidades,

levando para o debate público as demandas comunitárias, como os desafios enfrentados para acessar serviços públicos essenciais e, em especial, as dificuldades de acessar o emprego formal (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR], 2022). Compreende-se por liderança comunitária a pessoa elegida pela comunidade para representá-la no espaço público e privado, responsabilizando-se pela gestão interna junto aos membros da comunidade, mas especialmente protagonizando em nome da comunidade as reivindicações coletivas.

As condições socioeconômicas das pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas, que se encontram majoritariamente em situação de pobreza e extrema pobreza em Boa Vista, têm produzido arranjos comunitários diversos (Cáritas Brasileira, 2022). Organizar-se a partir de comunidades consiste em uma estratégia de sobrevivência coletiva, na qual o enfrentamento das desigualdades sociais se dá a partir do compartilhamento dos reduzidos e precários recursos materiais e do fortalecimento do senso de coletividade (Carlos Costa-Silva et al., 2022).

No que concerne à práxis psicológica em contextos comunitários, Bader Sawaia (2003) afirma que a transformação social deve alicerçar as reflexões e práticas construídas, sendo sempre uma psicologia a serviço do povo no enfrentamento da exploração e dominação, potencializando os movimentos de resistência e de reivindicação. Ignácio Martín-Baró (2017) reafirma o lugar da psicologia no processo de revolução social, localizando-a como promotora da construção de uma sociedade “nos valores de solidariedade, responsabilidade social e espírito comunitário” (p. 27), a partir de ações concretas como a distribuição dos recursos materiais.

Nesse sentido, deve ser de interesse fundamental à psicologia como a precarização das condições de vida material impactam as experiências de pessoas, famílias e comunidades e como elas se organizam para enfrentar a situação, em especial considerando que processos migratórios têm como base aspectos socioeconômicos (Daniele Bomtempo, 2019). Para o enfrentamento da exclusão social, faz-se necessário reconhecer o sofrimento produzido na intersubjetividade e determinado pela organização social, que nega socialmente condições dignas de existência (Sawaia, 2014). Portanto, diante do cenário migratório venezuelano, identificar como as relações sociais são estabelecidas é comprometer-se em reconhecer como as desigualdades sociais e de gênero operam na experiência das mulheres venezuelanas no

Brasil. Assim, o estudo objetivou apreender as vivências coletivas tecidas por mulheres venezuelanas lideranças comunitárias em Boa Vista/RR.

Aspectos metodológicos

Consiste em um estudo exploratório de caráter qualitativo. Participaram do estudo três mulheres cis-gênero venezuelanas que lideram duas comunidades de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas na cidade de Boa Vista/Roraima. A escolha do tema e das participantes do estudo surgiu a partir da experiência profissional da primeira autora, enquanto trabalhadora humanitária, que identificou a presença majoritária de mulheres ocupando cargos de lideranças das comunidades venezuelanas na referida cidade.

Para o processo de obtenção das informações, foi utilizado um roteiro de entrevista semiaberto, composto por questões relacionadas ao perfil sócio identitário das participantes e suas experiências migratórias, familiares e comunitárias. As entrevistas foram conduzidas presencialmente em setembro de 2022, e foram audiogravadas e transcritas na íntegra. A escolha das participantes se deu por conveniência a partir do convite a cada liderança comunitária contatada.

A interpretação dos dados foi desenvolvida a partir de uma análise construtivo-interpretativa (Fernando González-Rey, 2017), que buscou acessar conceitos expressos, significados atribuídos e afetos mobilizados pela experiência migratória. Além disso, partiu-se de uma posição epistemológica feminista interseccional, por meio de uma objetividade corporificada através de saberes localizados, sendo essa localização parcial, crítica e traduzida em multiplicidades heterogêneas (Donna Haraway, 1995).

Após leituras exaustivas das transcrições, estas foram organizadas em categorias tais como: Impactos nas relações familiares e nas relações românticas; Papel percebido como liderança comunitária; Processo comunitário de reconhecimento como liderança; Implicações de ser uma mulher na escolha comunitária como liderança; Avaliação autopercebida dos membros da comunidade sobre sua gestão. As categorias de análise foram debatidas à luz da Psicologia social comunitária e das Teorias feministas.

Todas as prerrogativas éticas dispostas na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no que tange à regulamentação das pesquisas com seres humanos, foram cumpridas, e o trabalho teve aprovação

do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Parecer 5.539.549). As participantes documentaram seu consentimento por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo os documentos entregues em português e espanhol, respeitando o acesso às informações em sua língua materna. Para preservar o sigilo das participantes, foram ocultados os nomes das comunidades e utilizados nomes fictícios para identificá-las, sendo a escolha em alusão e homenagem a três lideranças latino-americanas que representam a trajetória coletiva de luta e compromisso social com suas comunidades: Carmen Clemente Travieso, Rigoberta Menchú e Berta Cáceres.

Resultados e discussão

A participante Carmen tinha 33 anos no momento da entrevista, chegou ao Brasil em 2018, era solteira e mãe de um menino de 14 anos, de um de 4 anos e de uma menina de 2 anos, ou seja, um filho e uma filha brasileiro/a. Era a responsável exclusiva pelo sustento financeiro e familiar, e dividia sua habitação apenas com os/a filhos/a. Como microempreendedora individual, trabalhando com a produção de alimentos para venda, acessava os recursos financeiros para o provimento da família, inferior a um salário-mínimo mensal. Na Venezuela, formou-se na área de gestão ambiental, e exercia atividades laborais relacionadas à área de recursos humanos. Quando questionada sobre como se identificava em relação à raça/etnia, informou que se percebia como morena, afirmando que “no Brasil chamam de pardo”. No que se refere a sua religião, descreveu-se como *cristiana*, expressão comumente utilizada na Venezuela para identificar as pessoas que no Brasil são reconhecidas como evangélicas.

Como Carmen, Rigoberta também chegou em 2018 no Brasil. Tinha 55 anos, na ocasião da entrevista, também solteira e mãe de uma mulher de 39 anos, de um homem de 29 anos, que é uma pessoa com deficiência, que vive com paralisia cerebral, e um filho de 19 anos. Seu filho mais novo migrou para outro estado, portanto, ela dividia moradia com o filho com deficiência, com a filha e uma neta de 14 anos. Trabalhava como cozinheira na Venezuela, e possuía o ensino médio incompleto. Exercia integralmente os cuidados do filho com deficiência, como o apoio da filha, que também é mãe solo e se responsabilizava pelo trabalho remunerado e sustento familiar, trabalhando informalmente com limpezas pagas por diárias,

recebendo menos de um salário-mínimo mensal. Além dos cuidados dispensados ao filho, cujas condições neurológicas produziam convulsões que demandam supervisão constante, ainda contribuía com os cuidados da neta para garantir que a filha pudesse trabalhar fora de casa. Considerava-se católica, e quando indagada sobre sua percepção étnica/racial, descreveu que se reconhecia como uma pessoa morena.

Em 2019, Berta migrou para o Brasil. No momento da entrevista tinha 40 anos, era casada e mãe de duas filhas, uma de 18 anos que se encontrava em sua primeira gestação, e uma de 11 anos. Em sua moradia viviam ela, o marido, as duas filhas e o pai de sua primeira neta e companheiro da filha. O marido era o responsável financeiro pelo sustento familiar, trabalhava informalmente como pedreiro e recebia por diárias um valor que, somado, era inferior a um salário-mínimo mensal. Havia cursado o ensino médio completo e exercia atuação como trabalhadora social na Venezuela, naquela oportunidade já atuando como liderança comunitária, representando a comunidade ao qual pertencia na reivindicação de seus direitos. Ao ser questionada se vivenciava uma religião, informou suas aproximações com religiões de matriz cristã: “Gosto muitíssimo do cristianismo, e me inclino entre o cristianismo e o catolicismo, mas não sou nenhum dos dois”. Em relação às suas identificações étnica/raciais, afirmou reconhecer-se como uma mulher preta.

No processo migratório venezuelano para o Brasil, condições socioeconômicas estão intimamente relacionadas ao modo como as famílias se organizam nos novos territórios e como se articulam para produzirem condições de vida. Atualmente, pessoas venezuelanas vivem majoritariamente em condições de abrigo temporário, ocupações espontâneas e em aluguéis precarizados em Boa Vista (Cáritas Brasileira, 2022), sendo que nesses espaços geralmente concentram-se um número elevado de pessoas produzindo arranjos comunitários diversos. Um exemplo de articulação comunitária de espaços para moradia foi a comunidade Ka’Ubanoko², local em que todas as participantes do estudo residiam antes do processo de desocupação. A referida comunidade surgiu a partir de um processo de ocupação espontânea localizada em um terreno público que ao final de 2020 chegou a concentrar aproximadamente mil pessoas indígenas e não indígenas venezuelanas. Durante o processo de desocupação, liderado pela Operação Acolhida³, foram ofertados como opções de moradia o abrigo, a interiorização⁴, e para um

número reduzido de famílias foi oferecido aluguel social por três meses.

Mariana Castro (2021), em estudo produzido sobre a comunidade, enfatiza que o Ka'Ubanoko consistiu em “uma alternativa forjada pelas/os próprias/os migrantes *criollas/os*⁵ e indígenas como uma estratégia de tornar a vida vivível em território brasileiro, criando novas territorialidades e formas de resistência” (p. 159). Composto e organizado por lideranças fortemente articuladas, foram tecidas estratégias de gestão do Ka'Ubanoko a partir de divisões representativas da comunidade por grupos sociais (indígenas e *criollos*) e, com o crescimento da quantidade de indígenas no espaço, foram estabelecidas divisões por etnias (Warao e Eñepa), além das organizações por temáticas específicas, como alimentação, limpeza do espaço etc. Apesar das mobilizações coletivas fortemente articuladas de resistência para permanecer no espaço e do enfrentamento e reivindicação diante das opções ofertadas para moradia, no início de 2021 ocorreu o processo de desocupação total, e a partir disso outras ocupações menores cresceram e novas comunidades migrantes surgiram, como as lideradas pelas participantes do estudo. Berta descreveu as articulações coletivas produzidas para resistir às novas condições de exclusão social.

Bueno, vinimos directamente de un campamento que era conformado entre venezolanos y indígenas, llamado Ka'Ubanoko, pero eso terminó en el 2020, llevo 2 años allí. Y bueno, eso nos hizo buscar otra alternativa que fue [nome da comunidade]. Pero ahí sí nosotros teníamos que comprar las tierras, gracias a Dios pudimos ahorrar un poco ahí en ese campamento, y teníamos la entrada. Nos reunimos varias familias y compramos entre todos para dividir los terrenos en partes iguales. Nos reunimos 11 familias y entonces 4 familias/ 6 familias estamos junticos, junticos, junticos. Los demás están en el mismo barrio. Pero estamos todos juntos con respecto al liderazgo, con respecto a la organización. Estamos todos juntos, de hemos llegado a tener más de 65 familias ahí con nosotros, para poder lograr algún beneficio para todos (Berta)⁶.

A partir da coletividade foram tecidas estratégias para sobreviver a uma nova violação do direito à moradia. Berta evidenciou a importância do senso de união e comunidade para sobreviver coletivamente à exclusão social. Como pontua Costa-Silva et al. (2022), organizar-se a partir de comunidades consiste em uma estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais. Essas

articulações promovidas através da coletividade possibilitaram novas formas de gestão dos recursos materiais disponíveis para sobreviver ao processo migratório forçado, que fragilizou as condições socioeconômicas das pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas, relegando-as à condição de pobreza e extrema pobreza. Para Sawaia (2003), as comunidades constituem-se como lugar de reunião da classe trabalhadora, podendo ser compreendidas como “Um movimento de recriação permanente da existência coletiva, fluir de experiências sociais vividas como realidade do eu e partilhadas intersubjetivamente, capaz de subsidiar formas coletivas de luta pela libertação de cada um e pela igualdade de todos” (Sawaia, 2003, p. 48). Em meio às condições tão precárias de vida, o enfrentamento comunitário da exclusão social tornou-se imprescindível para a sobrevivência das comunidades migrantes.

Concebe-se como enfrentamento comunitário o modo tecido de organização social das comunidades para sobreviver às condições de desigualdades impostas por um projeto político, econômico e social. Esse projeto imputou o deslocamento forçado da população venezuelana para o Brasil e no novo espaço de vida manteve as condições precárias e desiguais que impedem uma vida justa e digna, como ter o direito à moradia. As participantes articularam-se no Ka'Ubanoko para gerenciar o espaço e a organização das famílias e, após o processo de desocupação, encontraram na coletividade e no senso de comunidade a possibilidade de resistir unidas e sobreviver a partir da união, compartilhando os escassos recursos materiais, as responsabilidades e os cuidados.

A pobreza que imputa a escassez material e dificulta o acesso a condições dignas de vida é um importante elemento na produção do sofrimento social em sociedades marcadas pelas desigualdades e exclusão (Hélio Silva, 2022), e é papel da psicologia estar a serviço do povo no enfrentamento dessas desigualdades (Martín-Baró, 2017). Como infere Sawaia (2009, 2014), a psicologia frente às desigualdades sociais se localiza na problematização e aperfeiçoamento das políticas sociais a fim de evitar mecanismos de inclusão social perversa. A autora descreve as desigualdades sociais como “. . . ameaça permanente à existência” (Sawaia, 2009, p. 369), qualifica o sofrimento como ético-político e o identifica como “. . . dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e a opressão . . .” (Sawaia, 2014, p. 104). Mayorga (2014) evidencia que “A opressão se estabelece e afeta mulheres, negros e negras, gays e lésbicas, imigrantes,

minorias étnicas através de sistemas distintos e inter-relacionados de poder . . .” (p. 225) e que, portanto, faz-se necessário a ampliação do olhar e da compreensão sobre “. . . elementos psicossociais da opressão e dominação e também da emancipação” (p. 225).

Ao resgatar a discussão de Espinosa (1977) sobre o sujeito político coletivo, Sawaia (2009) afirma que o “. . . desejo de resistência nasce do sentimento de indignação” (p. 370). Berta, ao ser questionada sobre a construção de seu lugar como liderança comunitária, revela como seus afetos mobilizaram-na em direção à busca por justiça pela comunidade. Descreveu seu inconformismo ao testemunhar as desigualdades sociais, rompendo com uma postura neoliberal apaziguadora, naturalizante e silenciadora. Berta se posiciona ao lado dos/as injustiçados/os, sendo ela também impactada pelas injustiças, reivindicando o lugar de ouvir e se fazer ouvir, repudiando a anestesia social frente ao sofrimento produzido pelas injustiças.

Quando tú quieres justicia, o algo que está pasando, tú quieres hacer justicia, eso es espontáneo, eso no es nadie que lo hace, nadie que te lo dise, eso no lo estudié en ningún lado, eso es algo que te sale (Berta)⁷.

Diferentemente de Carmen e Rigoberta, que compartilharam que suas experiências como lideranças comunitárias se iniciaram no Brasil, Berta narrou suas vivências anteriores ao processo migratório que potencializaram seu desempenho como representante na reivindicação dos direitos da comunidade no novo país. Ao descrever as negociações estabelecidas com uma representante de um órgão do Estado para assegurar direitos básicos a sua comunidade na Venezuela, celebrou as conquistas comunitárias e reconheceu a importância do seu trabalho para alcançá-las.

Porque en un principio [Na Venezuela], nosotros hicimos llamar la atención de la gobernadora del estado que casualmente pasaban por la comunidad, tenía que atravesar mi comunidad para ir a otra comunidad que ella se iba a ayudar. Ella pasó y de regreso, ideamos trancar el paso . . . Y ella dijo “¿tú eres la líder?”, y le dije “como usted me quiera ver, gobernadora”. Me dijo “. . . vamos a ver cómo hacemos, nos reunimos” . . . Ella me dijo “no, montate, montate aquí, tú hablas muy duro, ¿qué es lo que tú quieres para tu comunidad?”, monté con ella en la camioneta, ella me aprobó todo lo que yo le pedí, todo. Me aprobó arreglar 40 viviendas, me aprobó los papeles de la comunidad que

no tenía, me aprobó una jornada de comida que tuvo a todo dar, que todos nos beneficiamos . . . Ah, pintamos toda la comunidad, ¡preciosa quedó la comunidad! Y yo me sentía muy bien, porque todo llegó a mi casa, todos los materiales, entonces yo estaba en ese movimiento y ayudé a todos (Berta)⁸.

Experiências como a de Berta são identificadas na história da luta das mulheres por condições dignas de vida. Federici e Valio (2020) descrevem as mobilizações de resistência comunitárias impulsionadas pelo ativismo de mulheres no enfrentamento da injustiça social. As autoras, ao discorrerem sobre a luta das mulheres na produção dos comuns urbanos, relatam que o processo migratório de contexto rural para áreas urbanas com a ocupação de espaços públicos é majoritariamente assumido, articulado e liderado coletivamente por mulheres. Ainda, discutem as ações sociais diante das crises políticas e econômicas mobilizadas nas periferias das grandes cidades latino-americanas em expansão evidenciando que “. . . as mulheres estão criando uma nova economia política baseada em formas cooperativas de reprodução social, estabelecendo seus ‘direitos à cidade’ e abrindo caminho para novas práticas de resistência e regeneração” (p. 6).

Nessa direção, Sassen (2003) identifica em seus estudos que as mulheres são mais presentes na construção de um ativismo comunitário por serem possivelmente as que lidam mais comumente com as vulnerabilidades migratórias de suas famílias, como o acesso aos serviços públicos e sociais. Canella (2020), por sua vez, ao discutir o ativismo comunitário das mulheres o localiza em uma esfera intermediária entre a vida pública e privada, ao compreender que “O espaço da moradia, e o seu prolongamento nas atividades comunitárias locais, converte-se em espaço de atividades econômicas e espaço de existência pública das mulheres” (p. 669). Compreende-se que as esferas pública e privada da vida são dimensões interconectadas, ou seja, “os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma esfera serão sentidos na outra” (Biroli, 2014, p.33). Portanto, entender como foram tecidas essas relações comunitárias e suas interlocuções com as dimensões pública e privada da vida social, possibilita identificar como as relações de gênero são engendradas na experiência das mulheres venezuelanas no Brasil.

Nesse sentido, quando questionadas sobre seus papéis em relação às comunidades lideradas, as participantes informaram que as responsabilidades instituídas

se relacionavam com a manutenção do “bom funcionamento” da comunidade e dos cuidados com as crianças. Conforme aponta Rigoberta, compunham suas responsabilidades como liderança comunitária: os cuidados com a gestão da higiene do local, como a coleta do lixo, o acúmulo de água e os riscos para as crianças; e com a manutenção das condições de habitação, como o acesso à energia.

... la comunicación con los vecinos, siempre estar en contacto con ellos, ves, siempre tratar de estar pendiente y de hacer nuestras reuniones, y de consultar. Mira, estaría un problema con la luz, que tenemos que resolver esto, que necesitamos comprar tantos metros de cable, porque nosotros necesitamos poner algo ahí, eso ha sido así siempre de nosotros porque, Ka'Ubanoko pues siempre fue así. Mira, que tenemos un problema con la basura, que tenemos que recoger aquí, siempre por lo menos en [nome da comunidade] ya hay son otra gente pues, ya no se me quita siempre mantener la basura al día de que el aseo pase, siempre estoy, “miren a toditos miren, saben que el aseo pasa el lunes o el viernes, no dejen la basura en los pisos así arriba, porque los perros las agarra, los rompe, sacan la basura, entonces siempre estoy pendiente de esto allá” [risos]. Siempre como que estoy pendiente de eso, la lluvia, “mira que el agua se estanca ahí, vamos a hacer algo por aquí, para que el agua salga, porque eso se estanca ahí y eso es el primero que empieza, entonces ahí tan como cuatro niños pequeños, entonces no no no no no, vamos a sacar ese agua de ahí”, o sea, eso es yo digo, que eso es ser líder de una comunidad y estar siempre al pendiente de todas las cosas... (Rigoberta)°.

A partir do relato, identifica-se que as atividades desempenhadas pelas lideranças se assemelham às atividades atribuídas ao espaço doméstico, historicamente relegadas às mulheres, porém assumindo agora numa dimensão comunitária. Ressalta-se que o processo de socialização das mulheres é acompanhado pela expectativa de cumprir com performances sociais relacionadas ao exercício do cuidado e de sua associação a domesticidade (Biroli, 2018). Sendo o cuidado uma dimensão política da intersubjetividade, as relações de cuidado tecidas nas comunidades também precisam ser compreendidas a partir de uma ótica que possibilite acessar como essas relações produzem e são produzidas pelas desigualdades (Zirbel, 2016).

Ainda, vale destacar o reconhecimento das relações de cuidado como “... uma atitude de vida que se traduz em um compromisso ético-político com a

existência do outro...” (Costa-Silva et al., 2022, p. 253), rompendo com a lógica neoliberal do individualismo. Como destacam os/a autores/a, o individualismo tem um papel estratégico na manutenção da ordem social ao fragilizar os laços sociais e as relações comunitárias, favorecendo a alienação e desmobilização social. O enfrentamento comunitário mobilizado pelas mulheres venezuelanas lideranças nasceu como compromisso ético-político com a comunidade e com aquelas/es que compartilham de um lugar comum de sofrimento, um deslocamento forçado internacional em condição empobrecida para uma nova situação de pobreza: produzido pela necessidade de resistir a exclusão social, articulado a partir de uma relação ética de cuidado, mas também sustentado pelo engendramento das relações de gênero.

Identificou-se que atuar como liderança comunitária e ser mulher teceu uma dinâmica relacional nas comunidades em que as lideranças, além de exercerem os cuidados relacionados à gestão das condições de permanência no espaço, ocupam ainda o lugar de mediadoras de conflitos, e em algumas oportunidades até como “conselheiras matrimoniais”. Como destaca Carmen, para além de fornecer informações sobre como atender necessidades específicas no novo território, atuando como um sistema de proteção social da comunidade, infere-se que por serem mulheres, suas funções se estendem a necessidades conjugais dos membros da comunidade.

Muchos iban así, cada cinco o diez minutos y: “tengo un problema con mi esposo, ¿dónde puedo ir?”, y yo les daba las informaciones, les daba consejos, entonces a veces tenía que tratar con las dos personas, hablaba con la esposa, con el esposo... (Carmen)¹⁰.

Acredita-se que esse papel de aconselhamento em relação à vida conjugal e familiar das pessoas da comunidade relaciona-se com as dinâmicas das relações de gênero, em que o lugar do homem na vida privada e familiar difere das expectativas sobre as funções a serem desempenhadas pelas mulheres, produzindo uma distinção no exercício da experiência de lideranças pautada em questões de gênero. Biroli (2018) ressalta que a distinção entre as esferas pública e privada, e sua naturalização na díade masculino/feminino, se organiza a partir de um processo histórico e político em que as identidades de gênero são produzidas através de comportamentos, papéis e limites. Como afirma a autora, “existe uma correspondência entre a caracterização da

esfera pública como âmbito da universalidade e razão e a caracterização da esfera privada como âmbito da particularidade e dos afetos” (Biroli, 2018, p. 95). Nesse sentido, infere-se que a relação estabelecida das mulheres lideranças ao mundo das afetividades e da manutenção afetiva das famílias através das mediações de conflitos, relaciona-se com sua associação à domesticidade.

É importante ressaltar ainda que a ausência do Estado na provisão de condições de existência e na reparação das desigualdades onera socialmente as mulheres, que acabam por assumir a função de proteção social das famílias (Marta Campos & Solange Teixeira, 2010), e, nesse caso específico, das famílias que compõem as comunidades. Carmen e Rigoberta informaram que parte de suas responsabilidades como lideranças comunitárias é participar da gestão da atenção às necessidades específicas, como demandas de saúde dos membros da comunidade.

Mi papel, bueno... Yo diría que muchos van y me dicen: “Carmen, tengo este problema”, a veces ellos quieren como que nosotros le demos una ayuda, y como diría, como respuestas alentadoras o hacer informaciones, encaminamientos así, igual estaba en Ka’Ubanoko así [risos] . . . Si alguien está mal de salud, hacemos los encaminamientos también, si alguno necesito medicina buscamos los médicos, en darles las medicinas así (Carmen)¹¹.

[No Kau’banoko] conocíamos a todos de fecha de nacimiento, estábamos nosotros teníamos todo organizado, niños adultos, adultos mayores, personas con discapacidad crónicas, personas con deficiencia mental, nosotros tenía una organización de todas las personas. [nome da comunidade] es más pequeña, pero siempre estábamos pendientes también, yo por lo menos tengo una viejita que ello, siempre estoy pendiente que si su medicamento, yo la recojo y la llevo que sea el médico, siempre estoy ahí, . . . Siempre me buscaba mucho a cualquiera cosa, “ah será que usted puede hacer el favor de hablar a ver si consigo este recipe, este medicamento, que no tengo para comprar, comprarlo” (Rigoberta)¹².

A negligência do Estado em acompanhar e atender adequadamente às necessidades da população, onerando as mulheres por serem historicamente responsabilizadas pelo trabalho do cuidado, identificado nas falas das participantes, também foi retratado por Canella (2020). No estudo, o autor descreve práticas associativas lideradas por mulheres, que ocupam

majoritariamente os espaços de organização comunitária, relacionando o surgimento dessas mobilizações a atenção precária do Estado às comunidades. A presença expressiva das mulheres ocupando essa função social surge a partir da necessidade de reivindicações de garantia de direitos, como acesso a creches, que impacta fortemente as possibilidades de as mulheres mães acessarem o mercado de trabalho, pauta também reivindicada pelas mulheres venezuelanas no Brasil (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR], 2022).

Conforme já evidenciado por diferentes literaturas que abordam a divisão sexual do trabalho, o acesso à vida laboral e como são tecidas as configurações familiares a partir das condições materiais tem seus alicerces nas relações de gênero (Biroli, 2018; Hirata, 2010). Em contextos migratórios, as desigualdades no acesso à vida laborativa se intensificam, designando às mulheres e aos homens lugares diferenciados de ocupação laboral, mantendo-as exercendo atividades relacionadas à domesticidade (Tonhati & Pereda, 2021). A extensão do papel de cuidadoras da família para a comunidade surge também em virtude das condições de acesso à vida material que são gendradas. Como compartilhou Berta, a presença das mulheres como majoritárias no exercício da função de lideranças comunitárias relaciona-se com a ausência delas no mercado de trabalho, mais acessível aos homens.

. . . la mayoría de los hombres aquí, los hombres inmigrantes son los que tienen que salir a trabajar. Las mujeres son las que se quedan en las comunidades, somos las que andamos en esto, la mayoría van a encontrar puras mujeres, la mayoría que 99.9% van a ser puras mujeres . . . ellos sí, sí, es como una añadidura a las cosas, por ejemplo, yo estoy por allá y tú estás aquí pues, luchando por la comunidad ¿me entiendes? Yo estoy . . . por allá luchando por la comida y tú te quedas luchando por la comunidad, pues en mi caso sucede así, y en la casa de todos (Berta)¹³.

Diante das condições de pobreza e das desigualdades de gênero impostas, asseveradas no novo contexto de vida, o senso de coletividade prevaleceu produzindo significações coletivas como estratégia de resistência. É uma forma de enfrentamento comunitário reconhecer o que cada pessoa pode ofertar à comunidade, a partir dos impedimentos sociais que vivencia, na soma do que é produzido por todos/as que se tecem e se mantêm comunidades. Contudo,

evidencia-se que o exercício da função de liderança comunitária no referido contexto migratório é articulado também a partir das dificuldades de acesso das mulheres ao mercado de trabalho, somado a sua associação à domesticidade como cuidadoras, estendendo suas funções de promoção de cuidados das famílias para o espaço comunitário. Apesar da manutenção das desigualdades de gênero nas comunidades migrantes, ressalta-se o potencial revolucionário de ocupar uma função de representação comunitária que pode se traduzir na visibilização dos desafios travados no espaço da vida privada, pelas famílias, potencializando o alcance dessas demandas na agenda pública.

Ainda, ressalta-se o lugar de referência que essas mulheres ocupam na vida das pessoas da comunidade, principalmente para acessar informações seguras e essenciais, sobretudo em situações de risco como casos de violência contra mulheres. A violência doméstica consiste em um dos grandes desafios enfrentados pelas mulheres venezuelanas no Brasil (Fundo de Populações das Nações Unidas [UNFPA], 2020). Ter mulheres como referências para buscar apoio e suporte com informações e encaminhamentos para os sistemas de proteção social em casos de violência, é de fundamental importância para romper ciclos de violência e salvar vidas. Nessa tentativa de ofertar apoio social a outras mulheres venezuelanas no Brasil, Carmen compartilhou que foi construída uma rede de suporte via WhatsApp por mulheres venezuelanas para outras mulheres.

... además de la comunidad he conocido muchas mujeres que están en diferentes puntos de aquí de Roraima, tenemos un grupo de WhatsApp y allí pasamos informaciones, alguna que tiene dudas, falta de información, allí colocamos, escribimos al privado. Hay mujeres que también como le digo, que han tenido esa dificultad en pareja, entonces nos preguntan por informaciones, incluso hasta afuera aquí de Roraima hemos como que formado un colectivo de mujeres en todo Roraima y en varias partes de aquí de Brasil y hacemos ese feedback (Carmen)¹⁴.

Apesar da importância dessas mulheres como pessoas chave no sistema de proteção social, problematiza-se o esvaziamento da presença das figuras que representam o Estado na gestão das necessidades das comunidades, relegando esse papel exclusivamente às lideranças, sobretudo em relação a serviços essenciais, como o acesso à saúde, educação e assistência social. Em evento produzido em Boa Vista, as lideranças

reivindicaram a garantia de direitos e a presença do Estado na construção de soluções e políticas públicas efetivas para a população migrante, elencando demandas como validação de diplomas, presença de intérpretes e tradutores/as nos serviços públicos, e ainda propuseram como estratégia de reparação da exclusão social a implementação de sistemas de cotas para facilitar o acesso à educação e ao mercado de trabalho (*Em Roraima, refugiadas*, 2023).

As mulheres lideranças comunitárias venezuelanas ocupam um lugar de potência política inestimável. A partir da construção de estratégias de enfrentamento comunitário às desigualdades vivenciadas pelas comunidades migrantes venezuelanas em Boa Vista, elas assumem o compromisso de lutar para que as comunidades sobrevivam, resistam e prosperem, rompendo com um cenário sócio-político que vislumbra fragilizar vínculos, isolar pessoas e desarticular as lutas por um mundo melhor. Como lembram Federici e Valio (2020), as mulheres na luta para mudar o mundo orgulham-se do crescimento individual e coletivo, e do respeito que nutrem por si e umas pelas outras. As mulheres lideranças comunitárias venezuelanas lembram que a transformação social sempre se dará através da coletividade e da solidariedade política.

Considerações finais

Com o intuito de apreender as vivências coletivas tecidas por mulheres-venezuelanas sobre a experiência de ser lideranças comunitárias em Boa Vista/RR, em especial como as relações comunitárias são tecidas na experiência delas, identificou-se uma extensão das responsabilidades instituídas socialmente às mulheres do espaço familiar para a comunidade, a partir da associação com a domesticidade. Além disso, as dificuldades para acessar o mercado de trabalho, pelas mulheres, reforçou a presença majoritária delas nas comunidades e suas responsabilidades na gestão comunitária. A ineficiência e ausência do Estado em acompanhar as necessidades das comunidades contribui para a produção da relação de responsabilidade das lideranças pela proteção social das famílias.

Apesar das condições de desigualdade social e de gênero que promoveram a constituição do papel das mulheres venezuelanas como lideranças comunitárias, destaca-se a potência política de ocupar uma função de representação comunitária que se traduziu na visibilização dos desafios travados pelas famílias e

comunidades, potencializando o alcance das demandas na agenda pública. Diante da pobreza e das precárias condições de vida, o enfrentamento comunitário protagonizado pelas mulheres foi tecido como estratégia de resistência à exclusão social, articulado a partir de uma relação ética de cuidado, porém, produzido também pelo engendramento das relações de gênero que imputaram desigualdades nas experiências delas face ao novo contexto de vida.

Identifica-se como limites do estudo a quantidade de participantes, que se deu em virtude do tempo reduzido para a construção da pesquisa e da complexidade para o acesso a outras lideranças comunitárias. Sugere-se novos estudos que aprofundem o tema investigado, inclusive em outros territórios brasileiros, com outros fluxos migratórios internos e internacionais.

Referências

- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. (2022). *Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus: setor produtivo e potencialidades*. Acnur.
- Biroli, F. (2014). O público e o privado. In L. F. Miguel & F. Biroli, *Feminismo e política: uma introdução* (pp. 31-46). Boitempo.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. Boitempo.
- Bomtempo, D. C. (2019). Migração internacional, economia urbana e territorialidades. *Boletim Goiano de Geografia*, 39, 1-26. <https://doi.org/10.5216/bgg.v39i0.55885>
- Campos, M. S., & Teixeira, S. M. (2010). Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. *Revista Katálisis*, 13(1), 20-28. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100003>
- Canella, F. (2020). Mulheres e luta por moradia Mudanças nas práticas associativas nas periferias de Florianópolis e Lisboa. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, 45(251), 658-674. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2020.n251.p658-674>
- Cáritas Brasileira. (2022). *População em situação de rua e população migrante no município de Boa Vista/RR: um diagnóstico para a formulação e implementação de políticas públicas*. Autor.
- Castro, M. A. (2021). Venezuelanas/os em Boa Vista: práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na Ocupação KaUbanoko. *PERIPLOS – Revista de Investigación sobre Migraciones*, 5(1), 157-180. Recuperado de https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34735
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo
- Costa-Silva, C. R., Yagiu, H., & Abdala, C. A. (2022). Comunidade e práxis: ciência e profissão em territórios marcados pela exclusão social. In M. I. C. Moreira & S. M. G. Souza. (Orgs.), *Psicologia Socio-Histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais* (pp. 245-269). Editora da PUC Goiás.
- Em Roraima, refugiadas e migrantes apresentam demandas de políticas públicas a governos. (2023). Fundo de Populações das Nações Unidas. Recuperado de <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/em-roraima-refugiadas-e-migrantes-apresentam-demandas-de-politicas-publicas-governos>
- Espinosa, B. (1977). *Tratado político* (2a ed.). Editorial Estampa.
- Federici, S., & Valio, L. B. M. (2020). Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Estudos Feministas*, 28(2), e70010. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>
- Fundo de Populações das Nações Unidas. (2020). *Violência de gênero, nacionalidade e raça/etnia em duas cidades de Roraima*. Autor.
- González-Rey, F. (2017). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Cengage Learning.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Hirata, H. (2010). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Tecnologia e Sociedade*, 6(11), 1-7. <http://dx.doi.org/10.3895/rtts.v6n11.2557>
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e substancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. (2017). Institui a Lei de Migração. Presidência da República. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Vozes.
- Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221-236. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>
- Peres, R. G., & Baeninger, R. (2013). Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis.
- Sassen, S. (2003). *Contra geografías de la globalización: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Traficantes de Sueños.
- Sawaia, B. (2003). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53). Vozes.
- Sawaia, B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>
- Sawaia, B. (2014). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Vozes.
- Silva, H. A. (2022). Sofrimento social como dimensão da pobreza. *DoisPontos*, 19(1), 33-49.
- Tonhati, T., & Pereda, L. (2021). A feminização das migrações no Brasil: A inserção laboral das mulheres imigrantes (2011-2020). In L. Cavalcanti, T. Oliveira & B. G. Silva (Orgs.), *Relatório Anual 2021 – 2011-2020: uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil* (pp. 155-183). OBMigra.
- United Nations High Commissioner for Refugees. (2023). *Venezuela situation*. Recuperado de <https://www.unhcr.org/venezuela-emergency>
- Zirbel, I. (2016). *Uma teoria político-feminista do cuidado*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC.

¹ Adotamos o nome e sobrenome das(os) autoras(es) nas citações intratextuais como um posicionamento político de escrita feminista.

² Ka'Ubanoko significa "nosso lugar de dormir" na língua indígena venezuelana Warao.

³ Força-tarefa do Governo Federal em resposta a migração venezuelana para o Brasil.

⁴ Consiste no deslocamento voluntário para outros estados brasileiros com o apoio logístico do Governo Federal e da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

⁵ Pessoas venezuelanas não indígenas.

⁶ Tradução livre: Bom, nós viemos diretamente de um acampamento que era formado por venezuelanos e indígenas, chamado Ka'Ubanoko, mas que acabou em 2020, eu estive lá por dois anos. E, bom, isso fez com que a gente procurasse uma alternativa, que foi o [nome da comunidade]. Mas aí a gente tinha que comprar o terreno, graças a Deus a gente conseguiu economizar um pouco lá naquele acampamento, e a gente tinha a entrada. Várias famílias se juntaram e compramos todos juntos para dividir o terreno por igual. Juntamos 11 famílias e depois quatro famílias/ seis famílias estão juntas, juntas, juntas. As outras estão no mesmo bairro. Mas estamos todos juntos em termos de liderança, em termos de organização, estamos todos juntos, temos mais de 65 famílias conosco, para que possamos obter algum benefício para todos.

⁷ Tradução livre: Quando você quer justiça, ou algo está acontecendo, você quer fazer justiça, isso é espontâneo, não é nada que se faz, nada que te dizem, não se estuda isso em nenhum lugar, isso é algo que surge.

⁸ Tradução livre: Porque no início [Na Venezuela], chamamos a atenção da governadora do estado que por acaso estava passando pela comunidade, teve de atravessar a minha comunidade para ir a outra comunidade que ia ajudar. Ela passou por aqui e, no retorno, pensamos em bloquear a passagem. . . . E ela disse "você é o líder?", e eu disse "como quiser me ver, governadora". Ela disse ". . . vamos ver o que podemos fazer, nos reunir". Ela me disse "não, vem cá, vem cá, você fala muito firme, o que você quer pra sua comunidade?", e entrei no caminhão com ela, e ela aprovou tudo que eu pedi, tudo. Aprovou que eu consertasse 40 casas, aprovou os documentos da comunidade que eu não tinha, aprovou uma jornada de alimentação, que todos nós fomos beneficiados Ah, pintamos a comunidade toda, a comunidade ficou linda! E eu me sentia muito bem, porque chegava tudo na minha casa, todos os materiais, então eu estava nesse movimento e ajudei todo mundo.

⁹ Tradução livre: A comunicação com os vizinhos, sempre estar em contato com eles, sabe, sempre tentando estar ciente e fazer nossas reuniões e consultas. Veja, se houvesse um problema com a energia elétrica, teríamos de resolver isso, precisamos comprar tantos metros de cabo, porque precisamos colocar algo lá, isso sempre aconteceu conosco, porque Ka'Ubanoko sempre foi assim. Olha, a gente tem um problema com o lixo, que a gente tem que pegar aqui, pelo menos em [nome da comunidade] já tem outras pessoas, então eu sempre mantenho o lixo em dia, eu sempre estou, "olha pessoal, olha, vocês sabem que o lixo é na segunda ou na sexta, não deixem o lixo no chão, lá em cima, porque os cachorros pegam, rasgam, mexem no lixo, então eu sempre estou atenta a isso aí" [risos]. Estou sempre atenta a isso, à chuva, "olha, a água está empossada ali, vamos fazer alguma coisa aqui, para que a água saia, porque ela fica empossada ali e é a primeira coisa que acontece, aí tem umas quatro crianças pequenas, então não, não, não, não, vamos tirar essa água daí", ou seja, é isso que eu digo, isso é ser líder de uma comunidade e estar sempre atento a todas as coisas.

¹⁰ Tradução livre: Muitos iam assim, a cada cinco ou dez minutos e: "Estou com um problema com meu marido, onde posso ir?", e eu dava informações, dava conselhos, às vezes tinha de lidar com as duas pessoas, falava com a esposa, falava com o marido.

¹¹ Meu papel, bem... eu diria que muitas pessoas vêm até mim e dizem: "Carmen, estou com esse problema, às vezes elas querem que nós as ajudemos, e como eu diria, com respostas encorajadoras ou para dar informações, para dar a elas orientações, como fazia no Ka'Ubanoko [risos]. . . . Se alguém está com problemas de saúde, também fazemos encaminhamentos, se alguém precisa de remédio, procuramos os médicos para dar os remédios.

¹² [No Kau'banoko] . . . conhecíamos todo mundo pela data de nascimento, tínhamos tudo organizado, crianças adultas, idosos, pessoas com deficiência crônica, pessoas com deficiência mental, tínhamos uma organização de todas as pessoas. . . . [nome da comunidade] é menor, mas estávamos sempre atento, por exemplo, tem uma senhora idosa, que estou sempre atenta do remédio dela, eu pego ela e levo no médico, eu estou sempre lá, . . . Ela estava sempre me procurando, "Ah, você pode me fazer o favor de ver se eu consigo essa receita, esse remédio, eu não tenho dinheiro para comprá-lo".

¹³ Tradução livre: . . . a maioria dos homens aqui, os homens imigrantes, são os que têm de sair para trabalhar. As mulheres são as que ficam nas comunidades, somos nós que andamos por lá, a maioria delas vai encontrar mulheres puras, 99,9% delas serão de somente mulheres Eles, sim, sim, é como um complemento das coisas, por exemplo, eu estou lá e você está aqui, lutando pela comunidade, entende? Eu estou lá lutando por comida e você fica lutando pela comunidade, bem, no meu caso é assim, e na casa de todo mundo.

¹⁴ Tradução livre: Além da comunidade, eu conheci muitas mulheres que estão em diferentes partes de Roraima, nós temos um grupo de WhatsApp e lá nós passamos informações, alguém que têm dúvidas, falta de informação, nós postamos lá, escrevemos para elas em particular. Tem mulheres que também, como eu disse, tiveram dificuldade com seus parceiros, então elas nos pedem informações, mesmo fora de Roraima, nós formamos um coletivo de mulheres em toda Roraima e em várias partes do Brasil, e nós damos retorno a elas.

Elis Moura Marques, Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), é Doutoranda em Psicologia Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço para correspondência: Rua Radialista Waldir Amaral, 18, apto. 502 – Maracanã/RJ. Email: elismarquespsicologa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9129-8882>

Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), é Professora Associada da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Email: tatimachiavelli@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8834-7022>

Recebido em 13.nov.23
Revisado em 14.ago.24
Aceito em 01.abr.25